

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 252

Período: 09/06/07 a 15/06/07

GEDES – Brasil

- 1- Exército iniciará obra de transposição de rio
- 2- Grupamento do Exército brasileiro esteve na Guerra dos Seis Dias
- 3- Confiabilidade do sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro se torna a principal questão da crise aérea
- 4- Ação do Exército no combate ao crime organizado é debatida
- 5- Ministério da Defesa nega envio de tropas para combater crime organizado no Rio de Janeiro
- 6- Presidente Luís Inácio Lula da Silva defende conclusão do programa nuclear da Marinha
- 7- Jornal relembra Guerrilha do Araguaia – Guerrilheiros citados em lista de desaparecidos podem estar vivos
- 8- Comissão de Anistia gera polêmica ao conceder patente de coronel do Exército a Carlos Lamarca
- 9- Centro de Comunicação do Exército apura denúncias de fraudes contra o Comando do 5º Batalhão de Infantaria de Selva

1- Exército iniciará obra de transposição de rio

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, ficará por conta do Exército brasileiro o início das obras de transposição do rio São Francisco que desviarão parte das águas deste rio para os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Nesta etapa inicial, a Força construirá dois pontos de captação de águas nos municípios de Cabrobó e Floresta, localizados no estado de Pernambuco, as primeiras barragens de transposição e quase oito quilômetros de canais entre as margens do rio e as primeiras estações de bombeamento. O batalhão responsável pela incumbência recebeu o nome de Pedro II, em homenagem ao imperador que patrocinou a idéia de desviar águas do São Francisco. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 10/06/07*).

2- Grupamento do Exército brasileiro esteve na Guerra dos Seis Dias

O jornal *Folha de S. Paulo* comentou a participação de um grupamento do Exército brasileiro em alguns episódios que compuseram a história da Guerra dos Seis Dias, eclodida em 1967 e que envolveu Israel, Egito, Síria e Jordânia. O Batalhão de Suez, como ficou conhecido, fez parte de forças de paz das Nações Unidas (Unef) que foram enviadas à região da faixa de Gaza após a Guerra de Suez, em 1956. Ao longo de dez anos, mais de seis mil militares brasileiros ficaram baseados no local, integrando vinte contingentes. Diante da iminência do embate entre israelenses e árabes que duraria seis dias, houve ordens dos beligerantes para que as forças da Unef se retirassem da localização; os militares brasileiros, no entanto, permaneceram ali porque o governo não possuía logística para evacuá-los. Israel, não sabendo que tais forças ainda permaneciam na zona de combate, passaram a atacar o contingente nacional por

confundi-los com o inimigo. Somente com o término da guerra, os militares brasileiros puderam deixar a região e retornar ao Brasil. (Folha de S. Paulo – Mundo – 10/06/07).

3- Confiabilidade do sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro se torna a principal questão da crise aérea

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a Aeronáutica estaria negociando para trazer ao Brasil um grupo de técnicos da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), com o objetivo de que eles pudessem atestar a confiabilidade do sistema de controle aéreo nacional para tentar encerrar a polêmica com os controladores de voo, que estariam se queixando dos equipamentos utilizados neste sistema. A Força Aérea Brasileira (FAB) não admite a existência de falhas técnicas no sistema, alegando que há tanto segurança e controle em todos os seus equipamentos, como especialistas a postos para o reparo imediato de eventuais problemas. O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, senador Demóstenes Torres, com preocupação semelhante à da Aeronáutica, disse que estaria atrás de técnicos independentes, que não fossem nem ligados à FAB nem ao movimento sindical dos controladores, para chegar a um parecer que atestasse a segurança do sistema. Relatórios especiais dos operadores de voo, corroborados por oficiais técnicos da FAB, mostraram que a infra-estrutura do serviço de proteção aos vôos possuiria problemas técnicos graves, entre os quais, radares que duplicam pistas e fornecem leituras confusas, e um software que anota e embaralha informações essenciais: a altura exata das aeronaves e a altura do plano de voo. O Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, ao ser questionado sobre uma possível mudança no sistema de controle aéreo, asseverou que só haveria quando fosse promovida uma reforma geral no sistema, o que levaria alguns anos. A CPI do Apagão Aéreo também aprovou, no dia 13/06/07, requerimento para viagem, custeada pela Câmara dos Deputados, de uma comitiva de aproximadamente 20 pessoas aos Estados Unidos a fim de ouvir os depoimentos dos pilotos do jato Legacy, que se chocou com o Boeing da Gol em setembro de 2006. Entre as pessoas convocadas estão o ministro da Defesa, Waldir Pires, bem como o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito e os comandantes dos quatro Cindactas. Em relação à crise aérea e aos atrasos constantes dos vôos que causam transtornos nos aeroportos do país, a ministra do Turismo, Marta Suplicy, afirmou aos passageiros "Relaxa e goza, porque você esquece todos os transtornos depois". A frase causou desconforto no governo e, em resposta, o ministro da Defesa, Waldir Pires, disse que é uma pena que a ministra tenha dito tal frase, pois a população merece todo o respeito, mas disse ainda que a ministra é inteligente e com capacidade de comunicação. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/06/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/06/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole - 14/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/06/07).

4- Ação do Exército no combate ao crime organizado é debatida

O jornal *O Globo*, nos dias 09 e 10/06, promoveu um debate sobre a questão do envolvimento do Exército no combate ao crime organizado no país. Merval Pereira, em sua coluna no jornal *O Globo*, do dia 09/06, defendeu a uso das Forças Armadas no combate à criminalidade, comparando a situação do Rio de Janeiro e a ação militar no

Haiti, onde o Exército brasileiro utilizou estratégia considerada pelo sociólogo da Universidade de Brasília (UnB), Antonio Jorge Ramalho da Rocha, como efetivamente inovadora no campo militar, apesar de destacar que a prática de atuação junto à comunidades carentes vem sendo utilizada, em partes, pelo Exército no território nacional, por meio de ações cívico sociais (Acisos). O sociólogo destacou o caráter parcialmente subsidiário desse tipo de atuação, que, por outro lado, integra uma estratégia de ocupação do território, para defendê-lo, ressaltando que as Forças Armadas não deveriam substituir agências especializadas de diversas áreas, as quais não cumprem adequadamente suas responsabilidades. Concluiu Rocha que as Forças Armadas poderiam ser utilizadas nas operações de impacto desde que definido o marco legal da sua atuação. O general Augusto Heleno, que comandou o corpo militar da missão de paz das Nações Unidas no Haiti, afirmou não ter dúvida de que as tropas brasileiras estariam preparadas para atuação nas favelas cariocas, principalmente depois da experiência nas favelas da capital haitiana Porto Príncipe. Contudo, o general Heleno destacou uma diferença política marcante entre os dois ambientes que comprometeria a operação militar: ao contrário do país caribenho, onde o efetivo brasileiro trabalha sob a égide das Nações Unidas e com regras de engajamento bem definidas, uma ação militar no Brasil não possuiria amparo legal e o seu poder de polícia seria limitado. Outra dificuldade seria o elevado montante de recursos necessários para a realização de um trabalho semelhante ao feito nas favelas de Porto Príncipe, que contou com ocupação progressiva e permanência nos locais ocupados, uma vez que as Forças Armadas já enfrentam problemas com o baixo orçamento. Para Heleno, o que os militares brasileiros apenas estariam reivindicando seria que, na ocasião em que fosse definida sua participação no combate ao crime organizado, assumissem o comando da operação e a coordenassem de maneira que os envolvidos trabalhassem com suas habilidades. O senador Cristovam Buarque asseverou que, do ponto de vista técnico, o exército estaria muito preparado para a operação, o que não ocorreria do ponto de vista político, em razão da possibilidade de haver um possível banho de sangue entre compatriotas – os militares matando os criminosos e vice-versa. Para o deputado federal Fernando Gabeira, a fórmula do emprego militar nacional no Haiti poderia ser reaplicada no Rio de Janeiro sem muitas dificuldades. Na opinião do comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, expressa no jornal *O Estado de S. Paulo*, é necessário o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico vigente para uma atuação dos militares no Rio de Janeiro, o que indica que o Exército está preparado para pacificar os morros do Rio, assim como ocorreu na missão do Haiti, a partir do momento que haja uma base legal para isso. Ainda segundo Peri, a experiência no Haiti demonstrou que a presença permanente e ostensiva das forças de segurança é necessária, porém, não é suficiente em si só, pois devem existir ações que beneficiem a população, de acordo com as necessidades locais. Pela constituição atual, os militares podem atuar nas ruas somente para garantir a lei e a ordem caso o presidente da República determine ou se o governador de determinado estado se declarar incapaz de combater o crime. (O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 14/06/07; O Globo – O País – 09/06/07; O Globo – O País – 10/06/07; o Globo – O País – 12/06/06).

5- Ministério da Defesa nega envio de tropas para combater crime organizado no Rio de Janeiro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, em reunião no dia 14/06 entre o Ministério da Defesa e a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o chefe do Estado-Maior da Defesa, tenente-brigadeiro-do-ar Cleonilson Nicácio Silva, anunciou que o governo federal não mandará tropas do Exército para atuar em ações contra o crime organizado no Rio de Janeiro. A contribuição do governo federal será somente no apoio logístico e na cessão de equipamentos de tecnologia avançada, como redes de observação eletrônica e centros de comunicação e controle. Tal aparato estará disponível já com o início dos Jogos Pan-Americanos, e posteriormente será integrado no plano de segurança pública do estado. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, ficou surpreso com a decisão, pois em pelo menos duas ocasiões o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu a colaboração das Forças Armadas no combate à criminalidade, inclusive com a cessão de homens do Exército. Sendo assim, Cabral entregou ao presidente, no dia 11/05/07, um ofício formalizando o pedido de ajuda do governo federal. Entretanto, a nota oficial divulgada pelo Ministério da Defesa no dia 14/06 sinaliza a impossibilidade do envio de efetivo militar ao Rio. De acordo com o *Estado*, o texto da nota aponta a Constituição Federal e a Lei Complementar 97, de 1999, como bases jurídicas para negar o envio das tropas. O artigo 144 da Constituição estabelece que a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” é função da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Civis, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros. Já o artigo 15 da Lei Complementar 97, que regulamenta o emprego das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem, descreve que as forças só podem ser acionadas após o esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública mencionados na Constituição. O *Estado de S. Paulo* informou que o governador Sérgio Cabral divulgou nota afirmando que tanto ele como o presidente Lula foram surpreendidos pela decisão do Ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/06/07; Jornal do Brasil – País – 15/06/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 14/06/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 15/06/07; O Globo – Rio – 15/06/07).

6- Presidente Luís Inácio Lula da Silva defende conclusão do programa nuclear da Marinha

Conforme noticiaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, durante a comemoração do 142º aniversário da Batalha do Riachuelo, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ao lado do comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, a conclusão do programa nuclear da força naval. Segundo o presidente, além de possibilitar a construção do submarino nuclear e com isso inserir o Brasil no seleto grupo de países capazes de desenvolvê-lo, o programa da Marinha irá ainda gerar energia elétrica e desenvolver novos materiais. Conforme afirmou o comandante da Marinha, para que o programa se desenvolva apropriadamente, além dos 45 milhões de reais previstos no Orçamento de 2007, 88 milhões foram solicitados ao Ministério da Defesa e aos ministérios econômicos. Para que o projeto seja finalizado em cinco anos, serão necessários 130 milhões por ano, o que já está inserido no orçamento do período. O comandante da Marinha aproveitou a ocasião para, mais uma vez, pedir a execução do programa de reaparelhamento da Força. (Folha de S. Paulo – Brasil – 12/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/06/07).

7- Jornal relembra Guerrilha do Araguaia – Guerrilheiros citados em lista de desaparecidos podem estar vivos

O ex-ministro e ex-senador Jarbas Passarinho, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, revelou detalhes que reforçam a suspeita de que alguns guerrilheiros do Araguaia ainda estejam vivos, ainda que arrolados por todas as listas de desaparecidos políticos, depois de 32 anos do fim do conflito. Passarinho diz ter recebido, em 1973, um pedido do general Antônio Bandeira, ex-chefe do Comando Militar do Planalto, para dar emprego a cinco jovens guerrilheiros arrependidos. Os jovens foram empregados no Setor de Comunicação do Ministério da Educação e Cultura quando Passarinho era titular da pasta. Segundo a jornalista Myrian Alves, estudiosa do assunto, as dúvidas sobre a existência ou não de sobreviventes são reforçadas pela falta de informações sobre o destino de guerrilheiros que foram vistos vivos pela população e sobre os quais não há, nos relatórios da esquerda ou em documentos militares pesquisados, qualquer tipo de informação sobre o destino que tiveram. O mistério encontra respaldo na falta de informações sobre o paradeiro de 154 guerrilheiros que desapareceram entre 1968 a 1975 - 58 deles ativistas recrutados pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), que desapareceram na Guerrilha do Araguaia, que foi o mais consistente plano da esquerda armada para se opor ao regime militar por meio de uma revolução camponesa que acabou por não acontecer. As Forças Armadas deram início a três campanhas para suprimir o foco guerrilheiro, utilizando cerca de dez mil homens ao total. Na última campanha, os guerrilheiros foram cercados de forma definitiva. Neste período, os militares não executaram mais prisões, cumprindo a ordem do regime, todos foram executados. Somente 12 ativistas que se renderam ou foram presos no início da guerrilha foram poupados. Além dos 58 ativistas do PCdoB, mais de dez moradores da região também teriam sido mortos. Os militares nunca deram um número oficial das baixas. As estimativas variam de 6 a 16 mortos. (*Jornal do Brasil – País – 12/06/07*).

8- Comissão de Anistia gera polêmica ao conceder patente de coronel do Exército a Carlos Lamarca

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* noticiaram que, no dia 13/06/07, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça concedeu a Carlos Lamarca – símbolo da resistência à ditadura militar que foi morto pela repressão em 1971 – a patente de coronel do Exército. Segundo os jornais, a Comissão também reconheceu a condição de perseguidos políticos de Maria Pavan Lamarca, viúva de Lamarca e de seus filhos César e Cláudia Lamarca, por haver registros de monitoramento de suas vidas no Serviço Nacional de Informações (SNI). A decisão da Comissão, considerada polêmica e que recebeu críticas de diversos tipos, faz com que a viúva do guerrilheiro receba uma pensão mensal equivalente a de um general, que ultrapassa R\$ 12.100 – devido ao fato de que na carreira militar, após 30 anos de serviço e ao passar para a reserva, o militar tem direito de receber salário referente ao posto imediatamente acima ao seu – bem como uma concessão a ela e aos dois filhos de uma indenização total de R\$300.000, referente aos anos que eles viveram exilados em Cuba. Os mesmos jornais ainda construíram um histórico sobre o caso Lamarca, capitão do Exército que desertou em 1969, portando fuzis, metralhadoras e munições do quartel

de Quitaúna (Osasco). Carlos Lamarca ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo adepto da luta armada e de atos considerados terroristas contra a ditadura, que promoveu assaltos de algumas agências bancárias de São Paulo em 1969, além de assassinatos. Lamarca também participou do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e foi morto em 1971, surpreendido por uma patrulha. Os jornais ainda noticiaram que o caso de Carlos Lamarca foi escolhido para a sessão inaugural dos 22 novos conselheiros da Comissão, dos quais dois deles são indicados e anistiados pelo Ministério da Defesa, e um dos representantes votou a favor da decisão; esta que é respaldada por uma determinação de 1996, momento em que o governo tomou a responsabilidade sobre a morte do capitão e pagou indenização à família. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o “pagamento foi feito após a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos entender que, embora Lamarca não tenha sido morto em dependências policiais (como rezava a lei até 2004), mas em campo aberto, estava sob o cerco de agentes do Estado, sem condições de reagir”. Não entraram em julgamento nem o fato do capitão ter desertado do Exército nem os crimes políticos cometidos por ele. Segundo apuração dos jornais, desde a decisão de 1996, a família do capitão solicitava ao Exército as promoções militares, por tempo de serviço e merecimento. De acordo com os jornais, os militares reagiram contrariamente à decisão da Comissão, visto que as Forças Armadas classificam Lamarca um desertor, afirmando que, como ele rompeu unilateralmente o vínculo com a corporação, deixou de ter quaisquer direitos que dizem respeito a promoções ou atualização simbólica de sua patente. Segundo depoimento de militares, não é cabível aumentar os proveitos que a família de Carlos Lamarca já recebe desde que ele foi morto, já que a decisão de desertar foi somente dele. O Exército ainda não se manifestou publicamente sobre o assunto. Outras pessoas que de certa forma se relacionam com ou participaram do regime militar tiveram reações controversas. O presidente do Clube Naval, Júlio José Pedrosa, afirmou que a decisão de pagar pensão referente ao cargo de general à viúva de Lamarca foi “um deboche” e ainda afirmou que a Comissão da Anistia “não tem competência para promover oficiais das Forças Armadas”. Também criticou o fato o presidente do Clube Militar, Gilberto Figueiredo, para o qual, Lamarca foi um traidor da pátria e dos militares ao abandonar o Exército em troca da adesão à guerrilha e que cometeu um crime, segundo o Código Penal Militar. O editorial do jornal *Folha de S. Paulo* criticou a decisão da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça apontando dois principais argumentos. O primeiro alude ao fato de que a morte de Lamarca não deve ser equiparada à morte de militantes de esquerda que foram torturados e assassinados sob a custódia do Estado, pois o guerrilheiro optou por pegar em armas e morreu em combate, tornando a morte um risco natural. O segundo argumento refere-se ao fato de que Lamarca abandonou a carreira militar quando era capitão por iniciativa própria e foi morto na condição de desertor da corporação. Portanto, sua carreira não foi interrompida por um ato do Estado. O jornal afirmou ainda que a concessão da patente pode ser entendida como um prêmio à deserção, e que “a equiparação de seus vencimentos ao de um general afronta aos princípios de disciplina e subordinação, pilares das Forças Armadas”. Generais do Exército demonstraram insatisfação frente à decisão da Comissão de Anistia, e a *Folha* classificou a reação dos militares como uma das “mais fortes demonstrações de descontentamento desde o fim do regime militar, em 1985”. O general-de-exército Luiz Cesário da Silveira Filho, comandante militar do Leste (que envolve as tropas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e

Espírito Santo) declarou enfaticamente que considera lamentável a decisão de conceder a patente de coronel a Carlos Lamarca e de beneficiar financeiramente sua família. Segundo Silveira Filho, os generais da ativa do Alto Comando do Exército ficaram profundamente indignados. A visão do atual comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, foi expressa em uma palestra na sede do Clube Militar, no Rio de Janeiro. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o comandante expressou que, na visão do Exército, Lamarca é um desertor e cometeu uma série de crimes. Entretanto, o comandante não se pronunciou contra a decisão da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, mas confirmou ter telefonado ao ministro da Defesa, Waldir Pires, para expressar seu protesto. Por meio de sua assessoria, Pires negou ter recebido ligação de Peri e preferiu não se manifestar. Além disso, tanto o Palácio do Planalto quanto o Ministério da Justiça não comentaram o assunto. Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, Eliane Cantanhêde afirmou que o caso Lamarca apresenta-se como uma prova de fogo ao novo comandante do Exército, e que este recorreu a “contorcionismos verbais”, de forma a acalmar os ânimos dos comandados sem que com isso desperte a ira dos comandantes civis. Se por um lado Peri diz entender as reações inflamadas do Exército, por outro reconhece a competência da Comissão de Anistia para julgar tais casos. Segundo Cantanhêde, deve-se aguardar a reação do comandante do Exército frente a possível ratificação da decisão da Comissão pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão Pires Júnior, afirmou que a decisão sobre o caso Carlos Lamarca foi tomada após o Tribunal Regional Federal e o Superior Tribunal de Justiça terem reconhecido que a conduta de Lamarca afasta-se da idéia de deserção, pois naquele momento, o ato era “o único admissível de uma pessoa que acreditava nas liberdades democráticas e gostaria que o Brasil continuasse num cenário de democracia”. Na opinião de Pires Júnior, o trabalho da Comissão de Anistia colabora com a estabilidade política do país, objetivando reparar economicamente aqueles que tiveram sua dignidade física e psicológica lesadas, “a fim de que o Estado possa reconhecer seu erro no período de arbítrio”.

(Folha de S. Paulo – Brasil – 14/06/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 15/06/07; Folha de S. Paulo – Editorial – 15/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/06/07; O Globo – O País – 14/06/07).

9- Centro de Comunicação do Exército apura denúncias de fraudes contra o Comando do 5º Batalhão de Infantaria de Selva

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o Centro de Comunicação Social do Exército afirmou que foi instaurado um Inquérito Policial Militar para apurar denúncias de fraudes sobre licitações no Comando da 2ª Brigada de Infantaria, do 5º Batalhão de Infantaria de Selva e da 21ª Companhia de Engenharia na cidade de São Gabriel da Cachoeira, localizada no Amazonas. O Tribunal de Contas da União também está apurando o caso, que foi denunciado pelo sargento do Exército Vagner Lopes Pereira. O sargento foi obrigado a desertar devido a ameaças de morte. As denúncias dizem respeito a obras fantasmas, superfaturamento e compras sem licitação de material pré-existente. O *Jornal do Brasil* informou que o sargento Pereira, que estava detido na carceragem da Polícia do Exército, entrou com pedido de liminar no Superior Tribunal Militar para

que não fosse enviado de volta ao Amazonas. Entretanto, no dia 14/06 um avião da Força Aérea Brasileira o levou de volta ao local. (Jornal do Brasil – País – 15/06/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq), Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).